

MÍDIAS COMUNITÁRIAS E DEMOCRACIA

ROTHBERG, Danilo

Doutor em sociologia pela Unesp; Mestre em comunicação e Pesquisador de pós-doutorado (Visiting Research Fellow) junto ao Departamento de Sociologia da Open University (Inglaterra), 2006/2007; Professor da USC - Universidade do Sagrado Coração (Bauru, SP); Jornalista
danroth@uol.com.br

RESUMO

Este texto articula indicações em três esferas para a pesquisa-ação realizada com o objetivo de qualificar lideranças para a emissão de mensagens em mídias comunitárias compatíveis com as exigências democráticas atuais. Assim, são contextualizadas e informadas teoricamente três direções específicas, sugeridas ao pesquisador da área: a) é preciso verificar as relações que os indivíduos mantêm, como receptores, com os meios de comunicação e os conceitos de notícia estabelecidos, em um contexto de negociação de sentido influenciado pela lógica econômica da produção industrial de cultura, informação e entretenimento; b) as características dos emissores-receptores podem ser compreendidas como *habitus* — traços da personalidade formados diante de circunstâncias sociais objetivas; c) o estímulo ao engajamento político através da comunicação comunitária deve considerar uma das especificidades mais relevantes da democracia brasileira hoje, dada pelo crescimento dos mecanismos institucionalizados de participação política constituídos pelos conselhos municipais.

Palavras-chave: Pesquisa-ação. Comunicação comunitária. Democracia.

1 INTRODUÇÃO

Quando se espera, de sujeitos específicos, a participação na produção de mensagens em iniciativas de comunicação comunitária, não podem ser ignoradas as relações que eles mantêm, enquanto receptores, com os meios de comunicação e os conceitos de notícia estabelecidos. Afinal, serão características essenciais que devem ser levadas em conta por processos de produção compartilhada de comunicações entre profissionais, acadêmicos e comunidades, especialmente quando a pesquisa-ação assume o objetivo de orientar a construção de perspectivas mais críticas, informadas e abrangentes sobre a realidade social. As marcas próprias desses indivíduos podem, inclusive, ser consideradas nos termos do conceito de *habitus*, que denota a existência de identidades e sistemas de pensamento singulares, operando sob uma unidade visível, a ser investigada e conhecida.

Assim, quando incentiva o desenvolvimento de perspectivas críticas aos problemas atuais pelos próprios pólos emissores comunitários, o pesquisador deve considerar as estruturas sociais objetivas dentro das quais se moverá o *habitus* do emissor-receptor. Se, nas décadas de 1970 e 1980, os movimentos populares e os sindicatos constituíram emissores consistentes com a abertura do regime político no Brasil, hoje é preciso estar atento à qualidade da inserção democrática que se torna possível em função de uma das especificidades mais relevantes do sistema democrático brasileiro dos últimos 15 anos, que assiste ao crescimento dos mecanismos institucionalizados de participação política constituídos pelos conselhos municipais em áreas como saúde, educação, desenvolvimento urbano, direitos de crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência.

Este texto sintetiza um percurso através do qual se propõe uma maneira diferenciada de situar o sujeito que seja, atualmente, alvo de uma pesquisa-ação realizada com o objetivo de estimular a participação de comunidades na produção de mídias que atendam às suas necessidades de expressão política. Primeiramente, são examinadas as

possibilidades de desenvolvimento de perspectivas críticas pelos receptores-emissores. Depois, é discutido o perfil da comunicação comunitária que se pretenda politizada. Por fim, caracteriza-se a qualidade da inserção democrática a ser incentivada pelas iniciativas comunicativas.

Sugere-se que o pesquisador deve se manter atento à necessidade de estimular formas de recepção crítica dos conteúdos midiáticos entre as populações que eventualmente se tornem participantes de pesquisas-ação que, voltadas à qualificação de líderes comunitários para a emissão de mensagens, procurem orientar a expressão autêntica de interesses políticos. Além disso, indica-se que a afirmação política através de meios comunitários deve estar sintonizada às características da democracia brasileira na atualidade, entre as quais se destacam as formas de participação institucional e a descentralização administrativa, marcas presentes nas experiências dos conselhos municipais.

2 RECEPÇÃO E AUTONOMIA

Se a obsolescência do esquema mecânico de transmissão e assimilação da mensagem entre emissor e receptor é, hoje, ponto pacífico entre os pesquisadores da área de comunicação, menos consensual é a dimensão das possibilidades de reação do sujeito — cindido entre a vastidão psicossocial a ele conferida pelas abordagens etnográficas; as menores margens de manobra sondadas pelas pesquisas administrativas de usos e satisfações, e a impotência estrutural que o legado da teoria crítica continua a lhe atribuir. Persistem, dessa forma, questionamentos sobre a capacidade de o sujeito resistir aos mecanismos que a comunicação e a cultura como indústria empregam não para incrementar sua cidadania, entendida aqui como a criticidade necessária para o exercício dos direitos civis e políticos, mas para reduzi-lo à condição de consumidor, do qual se espera a mera avaliação (positiva) do valor de troca de uma mercadoria.

No contexto dos estudos de recepção, a decodificação é entendida como resultado de uma negociação, na qual os signos são assimilados à medida que o receptor apropria-se deles na constituição de suas perspectivas gerais sobre a realidade vivida. A partir desse momento, os signos “[...] não são mais representação, são o real, e o próprio simulacro se torna realidade[...]”, aponta Souza (1995, p. 23):

[...] sob essa ótica, o receptor em comunicação pode ser visto empiricamente como colocado numa zona limite e conflitiva: de um lado é o sujeito indivíduo, o apelo ao usufruto, ao valor de uso dos bens da sociedade disponível; de outro lado, é o sujeito-social, mas no limite do aqui e agora, na valorização do tempo e do espaço em que de fato vale a pena investir e viver intensamente. O receptor se

confunde ora com o consumidor social ora com o desbravador de si mesmo [...] (SOUZA, 1995, p.23)

O desbravamento, segundo o autor, parece estar ligado à tarefa de um receptor que

[...] ocupa um espaço contraditório, o da negociação, o da busca de significações e de produções incessantes de sentido na vida cotidiana. [...] O receptor deixa de ser visto, mesmo empiricamente, como consumidor necessário de supérfluos culturais ou produto massificado apenas porque consome, mas resgata-se nele também um espaço de produção cultural. (SOUZA, 1995, p. 26)

Mas esse espaço é tido como limitado no âmbito dos estudos culturais, segundo os quais as perspectivas do receptor devem ser consideradas no quadro da conjunção entre cultura, civilização e história (KELLNER, 2001). Nesse contexto, a recepção de fato depende de uma negociação de sentido, mas seus parâmetros não podem ser considerados como puramente individuais e parte do domínio de sujeitos isolados, segundo a crítica de Hall (2003, p. 398), que analisa o caso da mensagem televisual:

Nossa discordância aqui é em relação à noção de “capacidade subjetiva”, como se o referente de um discurso televisivo fosse um fato objetivo, mas o nível interpretativo fosse um assunto individual e particular. O caso parece ser o contrário. A prática televisiva assume responsabilidade “objetiva” (isto é, sistêmica) precisamente pelas relações que os signos estabelecem uns com os outros em qualquer ocorrência discursiva e, por isso, essa prática continuamente rearranja, delimita e prescreve em qual “consciência de todo o ambiente” esses itens estão organizados.

Nesse ponto, os estudos culturais revelam a influência da teoria crítica sobre sua constituição, já que eles “[...] vêem a sociedade como um sistema de dominação em que certas instituições como a família, a escola, a igreja, o trabalho, a mídia e o Estado controlam os indivíduos e criam estruturas de dominação contra as quais os indivíduos que almejam maior liberdade e poder devem lutar” (KELLNER, 2001, p. 49).

Kellner (2001, p. 58) ressalva que se deve evitar considerar, acriticamente, as eventuais resistências do público como algo sempre positivo, necessariamente, uma vez que existe o risco de tal postura de valorização sem restrições do prazer do público prejudicar o reconhecimento de formas de cultura conservadoras e com propósitos inegáveis de manipulação.

O fetichismo do prazer do público valoriza a busca pelo prazer em si, sem considerar que a satisfação pode ser aliada justamente do reforço de comportamentos

machistas e violentos. A experiência do prazer não ocorre desacompanhada de repercussões que, em última instância, são de natureza política:

Um sistema de poder e privilégio, portanto, condiciona nossos prazeres de tal modo que procuramos certos prazeres sancionados socialmente e evitamos outros [...] por conseguinte, os prazeres muitas vezes são uma resposta condicionada a certos estímulos; por isso, devem ser problematizados, ao lado de outras formas de experiência e comportamento, perguntando se contribuem para a produção de uma vida e uma sociedade melhores ou se ajudam a nos prender nos laços de uma vida cotidiana que, em última análise, nos oprime e degrada. Resistência e prazer não podem, portanto, ser valorizados em si como elementos progressistas da apropriação de textos culturais, mas é preciso descrever as condições específicas que dão origem à resistência ou ao prazer em jogo e a seus efeitos específicos. Se quisermos manter uma perspectiva crítica, também deveremos estabelecer difíceis discriminações normativas para concluirmos se a resistência, a leitura contestadora ou o prazer em dada experiência ou vivência de uma produção cultural são progressistas ou reacionários, emancipatórios ou destrutivos. (KELLNER, 2001, p. 59)

A produção de significados pode, afinal, servir meramente para integrar os indivíduos à cultura do consumo. Nesse sentido, a teoria crítica é útil para lembrar que as análises da mídia não podem perder de vista as relações de produção. O problema, segundo Kellner (2001, p. 61), é que “[...] muitos estudos de público e recepção freqüentemente deixam de situar a recepção da cultura no contexto das relações sociais de poder e dominação”.

No contexto da teoria crítica, segundo a revisão de Rüdiger (2002), acredita-se que os processos de formação da opinião se tornam sujeitos à força da divulgação de perspectivas específicas de setores com mais recursos para fazer suas posições valerem. Por outro lado, a integração do jornalismo ao sistema da indústria cultural tende a fazer, do público leitor, mero consumidor de informação sobre a diversidade de acontecimentos diários, representada de maneira desconexa. As matérias sobre situações cotidianas passam a contar com elementos dramáticos, desconectando-se do contexto histórico e atendendo necessidades funcionais e de distração. Já as decisões editoriais recebem a influência das pressões de uma gestão empresarial comprometida com metas de eficiência e lucratividade, para as quais as pesquisas de mercado e práticas mercadológicas se tornam as referências principais.

Considerando, dessa forma, que a recepção atualmente é entendida como um processo aberto de negociação, no qual, no entanto, a economia da produção industrial de bens simbólicos assume função inegável na possível redução do sujeito ao papel de mero consumidor, é preciso indagar sobre a natureza do indivíduo com a qual as

pesquisas-ação estarão lidando quando assumirem o objetivo de qualificar uma comunidade para a produção de mensagens em meios como rádios, jornais e TVs comunitários.

Cabe à pesquisa-ação focar de maneira particular os sujeitos das comunidades participantes. Como investigação qualitativa, ela deve perceber traços essenciais do comportamento no âmbito do consumo de informação e entretenimento pelas diversas mídias, sem preconceito ou discriminação. Não se trata, de um lado, de supor a existência de indivíduos submissos à recepção de uma dada mensagem, supostamente agindo em perfeita correspondência à comunicação emitida, conforme se pensava no âmbito da teoria hipodérmica. Ao invés disso, conforme indica a moderna concepção de recepção, os espaços de negociação e mediação de sentido são uma realidade a ser devidamente estudada, com técnicas apropriadas. Por outro lado, não se deve supor a existência de indivíduos que estejam sempre livres de eventuais constrangimentos às possibilidades de assimilação de mensagens, ou que possam construir autonomia de pensamento e reflexão de uma hora para outra, como que por mágica.

Nesse sentido, os traços típicos de comportamento e trajetória social dos indivíduos envolvidos em dada pesquisa-ação devem ser apreendidos nos termos de uma outra noção que se revela muito pertinente à problemática em questão. Acredita-se aqui, assim, que cabe assinalar a existência de um possível *habitus* do emissor-receptor em questão.

Esse é o habitante de uma comunidade que subitamente se vê como participante da equipe de produção de uma rádio (comunitária ou educativa), ou de um pequeno boletim impresso produzido no âmbito de uma associação de moradores, com o patrocínio de comerciantes do bairro. É uma pessoa que tende a ter desenvolvido, com a mídia comercial, uma determinada relação de consumo sem exigências especiais ou conhecimento sobre as funções social e política dos meios de comunicação, de forma que ela possivelmente valorize as fórmulas fáceis empregadas, por exemplo, pelas rádios comerciais para atrair o público. E, com critérios de discernimento insuficientes, ela talvez atue na produção de notícias igualmente tão fragmentadas e superficiais, caracterizadas pela falta de pluralismo e orientadas ao entretenimento, como aquelas veiculadas por jornalistas que vivem sob a pressão de editores e departamentos comerciais.

A noção bourdieusiana de *habitus* sintetiza a idéia de traços específicos da personalidade que se formam diante de circunstâncias sociais objetivas. O *habitus* corresponde às formas de subjetividade construídas a partir das experiências de vida em sociedade. “É a maneira como as estruturas sociais se imprimem em nossas cabeças

e em nossos corpos, pela interiorização da exterioridade”, segundo a releitura de Corcuff (2001, p. 51).

São disposições gerais para se fazer algo de determinada maneira. “Disposições, isto é, inclinações a perceber, sentir, fazer e pensar de uma maneira, interiorizadas e incorporadas, geralmente de maneira inconsciente, para cada indivíduo, decorrentes de suas condições objetivas de existência e de sua trajetória social” (p. 51).

As disposições são duráveis, transponíveis e constituem um sistema:

Duráveis, pois se estas disposições podem se modificar no curso de nossas experiências, elas são, no entanto, fortemente enraizadas em nós e tendem, por isso, a resistir à mudança, marcando assim uma certa continuidade na vida de uma pessoa. *Transponíveis*, pois disposições adquiridas ao longo de certas experiências (familiares, por exemplo) têm efeitos sobre outras esferas de experiências (profissionais, por exemplo); é o primeiro elemento de unidade da pessoa. Enfim *sistema*, pois estas disposições tendem a ser unificadas entre si. (CORCUFF, 2001, p.51)

É possível falar em *habitus* de classe ou de grupos sociais determinados, quando se evidenciam os traços comuns dos indivíduos do segmento enfocado. São traços singulares e, como conseqüência de vínculos que podem ser transformados, eles próprios são dinâmicos e sofrem alterações em função de processos adaptativos a novas situações, quando são necessárias respostas diferentes. O *habitus* não é meramente reprodutor de estruturas anteriores das quais é resultado, mas deve ser entendido também como núcleo estruturador de novas experiências (CORCUFF, 2001, p. 53):

O *habitus* é constituído por “princípios geradores”, ou seja, um pouco como um programa de computador (mas um programa em parte autocorretivo), ele é levado a dar múltiplas respostas a diversas situações encontradas, a partir de um conjunto limitado de esquemas de ação e pensamento.

Isso é, a noção de *habitus*, se aplicada pela pesquisa-ação preocupada em identificar traços individuais de comportamento e interação social, pode ser apropriada como um norte para a descrição etnográfica de grupos participantes. A percepção qualitativa das características psicossociais dos integrantes de determinadas populações deve ser importante para o pesquisador avaliar meios adequados para contribuir na afirmação de identidades e demandas políticas através da expressão midiática. O *habitus* de recepção de conteúdos midiáticos já estabelecido historicamente pelos indivíduos envolvidos no estudo deve ser precisamente levado em conta no momento da interação entre pesquisador e sujeito participante. É preciso

considerar limites *versus* oportunidades, estereótipos consolidados *versus* aberturas ao novo, padrões de repetição *versus* meios criativos.

Com isso se quer sugerir, aqui, o risco de a participação de comunidades na produção de rádios ou jornais gerar meramente a reprodução acrítica dos padrões industriais de produção de cultura estereotipada, entretenimento evasivo e jornalismo panfletário superficial. Os esquemas de percepção (*habitus*) do receptor acostumado aos lugares-comuns da indústria podem gerar, no momento da constituição desse indivíduo em emissor, fórmulas para a repetição indiscriminada da mesma natureza de comunicação massiva que, por décadas, têm servido à expressão de setores hegemônicos (detentores das concessões de rádio e TV atuais e do poder econômico para explorar a propriedade de jornais), e à exclusão de vastas comunidades do direito à manifestação em larga escala de suas perspectivas.

Na prática, o risco é que os participantes de uma dada experiência de um meio de comunicação comunitária limitem-se a reproduzir, às vezes até de maneira lúdica e ingênua, as práticas de produção da informação típicas de meios comerciais, sem preocupação com as exigências de pluralismo e contextualização. Ao “brincar de jornalismo”, os participantes podem eventualmente gerar produtos com a mesma superficialidade, fragmentação e tendência ao sensacionalismo que muitas vezes ameaçam a função que a atividade jornalística deve assumir em uma democracia madura, qual seja, a de proporcionar a diversidade de perspectivas fundamental à constituição de sujeitos políticos.

Vale reforçar que a própria constituição identitária das demandas comunitárias passa, em geral, pela possibilidade de sua expressão através dos meios de comunicação. Surge, como consequência, o risco de as reivindicações se tornarem fragmentadas em função de sua exposição por mecanismos insuficientes de visibilidade. Se a própria mídia passa a restringir as possibilidades de manifestação de movimentos populares, que devem formatar a visibilidade de suas demandas de acordo com a lógica midiática, tem-se outro elemento complicador à comunicação comunitária. Cogo (2004, p. 43) analisa a questão:

No marco desse protagonismo midiático, as modalidades de ação e intervenção de atores e movimentos sociais na sociedade passam, portanto, a construir-se cada vez mais tensionadas pela exigência de um tipo de visibilidade pública atribuída pela lógica dos meios de comunicação ao mesmo tempo em que também esses atores e movimentos se apropriam e reelaboram tais lógicas, transformando a esfera das mídias em um espaço simbólico de conflitos, disputas e negociações e que se encontra, portanto, submetido permanentemente às tensões contraditórias dos interesses que circulam na sociedade. (COGO, 2004, p.43)

Tais tensões desencadeiam dinâmicas que compõem, segundo Cogo (2004, p. 44), um cenário de “[...] estratégias e políticas de visibilidade midiática que emergem dos processos de afirmação e disputa, no campo das mídias, das particularidades culturais e das identidades como resultado da ação de indivíduos, grupos e movimentos sociais”.

A afirmação das demandas dos agentes comunitários através da comunicação mediada não pode desconsiderar a lógica da inclusão de temas na agenda pública através dos meios de comunicação estabelecidos, o que implica tanto a aceitação de seus aspectos positivos, quanto o desenvolvimento de mecanismos de superação de seus limites no âmbito das iniciativas de comunicação nas comunidades.

Esses são aspectos de um contexto que precisa ser levado em conta para enfrentar os desafios de um processo de comunicação comunitária no qual se busque a qualificação de indivíduos para a produção de mensagens jornalísticas com pluralidade. Se, de um lado, não se aceita mais a existência de um receptor passivo e acrítico, por outro lado também não se pode aceitar uma realidade sem riscos de imobilização da criticidade em função da economia de produção da indústria cultural. Equilibrando-se sobre esse notável contraste, as iniciativas de comunicação comunitária precisam assumir seu posicionamento, afirmando-se favoráveis à construção da emancipação requerida pela democracia na contemporaneidade. Já de saída, é preciso identificar o grau de profundidade desejável às propostas engajadas.

3 PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO NOS MOVIMENTOS POPULARES

Peruzzo (1998, p. 142) distingue graus de profundidade da participação em iniciativas de comunicação nas comunidades:

Concretamente, a participação popular na comunicação comunitária pode significar, numa gradação crescente: o simples envolvimento das pessoas, geralmente ocasional, no nível das mensagens, ou seja, dando entrevistas, avisos, depoimentos e sugestões ou cantando, pedindo a inserção de músicas e aderindo a concursos; elaborar matérias (notícias, poesias, desenhos); compartilhar a produção global do jornalzinho, do programa de rádio etc.; tomar parte na definição da linha política, do conteúdo, do planejamento, da edição, do manejo de equipamentos; compartilhar o processo de gestão da instituição comunicacional como um todo.

Considerar todas essas possibilidades implica, sublinha a autora, afirmar que a comunicação comunitária não pode ser obtida a partir da simples atitude de “abrir os microfones ao povo”.

Nesse contexto, sustenta-se a exigência de opor-se à simplicidade com que, ainda hoje, muitas iniciativas de comunicação comunitária executam seus projetos meramente a partir do pressuposto de que basta dar voz aos antes dela desprovidos para que haja, como decorrência automática, difusão de informação e emancipação. Pelo contrário: sem um processo de capacitação, que inclua, sim, lideranças comunitárias, mas não se restrinja a elas (abrangendo outras pessoas disponíveis ou dispostas em determinada região ou localidade), a produção de mensagens estará vulnerável às falhas que acometem os meios massivos: superficialidade, fragmentação, sectarismo e tendência ao entretenimento e ao espetáculo.

A qualificação de sujeitos para a produção de mensagens exige a realização de uma pesquisa-ação (THIOLLENT, 2003) que tenha, como baliza, a compreensão das características dos indivíduos participantes enquanto receptores. Isso é, na realidade em questão, são pessoas que talvez não reconheçam os limites da oferta de entretenimento evasivo e informação descontextualizada sob os mesmos processos comunicativos então postos em questão pela experiência de pesquisa, que os discrimina, com razão, porque historicamente estiveram em parte desligados das necessidades de comunicação para a formação da cidadania.

Não se trata, naturalmente, de incorrer em uma dicotomia já bastante questionada pela pesquisa acadêmica, conforme indica Peruzzo (1998, p. 135), segundo a qual os meios de comunicação massivos fariam a defesa sistemática dos interesses das classes hegemônicas e tenderiam a despolitizar inevitavelmente o receptor, enquanto os meios populares trariam, de maneira automática, a emancipação a partir da denúncia da exploração de classes. A autora aponta uma das conseqüências de se dicotomizar dessa forma a comunicação: perde-se de vista a dialética das manifestações sociais. “As críticas, em essência, apontam que, enquanto fenômenos, os dois tipos de comunicação estão mediatizados pela cultura e por isso não podem ser avaliadas como instrumentalizadas, isoladas nem opostas” (PERUZZO, 1998, p. 135).

Sem uma competente qualificação da comunidade para a emissão, o processo corre dois riscos. O primeiro está na possibilidade de o público-alvo da pesquisa entender, por cultura e informação, aquilo que é dado pelo padrão dos veículos comerciais, e reproduzir livremente o que dali for possível assimilar. O resultado será um pastiche inocente, que tenderá a confirmar uma hegemonia que se pretendia denunciar.

O segundo, talvez ainda mais prejudicial, pode surgir justamente como decorrência do automatismo criticado acima, quando se associa mecanicamente o veículo popular à possibilidade de resistência e crítica às perspectivas hegemônicas.

Nesse caso, a informação pode ser produzida sem pluralismo, no afã de defender interesses supostamente identificados como de classe, gênero, minorias etc. O proselitismo ocupa o lugar do esclarecimento, e a pluralidade cede ao sectarismo de novos grupos que tomam as rédeas da comunicação e a fazem mais uma vez servir a perspectivas pouco compatíveis com o amadurecimento da democracia na atualidade.

A produção de mensagens plurais deve servir às necessidades de comunicação de um público inserido de maneira bastante particular no tecido social e com possibilidades de participação democrática legalmente amparadas. Conforme se propõe aqui, a comunicação deve ser referenciada por parâmetros dados pela configuração atual da democracia brasileira, examinada a seguir.

4 POLÍTICA E PARTICIPAÇÃO

Sindicatos, movimentos populares, associações de classe e de moradores foram vetores da participação popular que se organizou em uma trajetória contínua e vigorosa no Brasil nos últimos 30 anos, desde a distensão promovida pelo regime militar que governou o país de 1964 a 1985.

No entanto, um elemento inteiramente novo tomou forma no país após a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, que aprofundou a descentralização da oferta e da gestão de serviços de saúde, educação e assistência social, com o fortalecimento da esfera municipal. Embora o ponto de partida desse processo já tenha, portanto, completado praticamente 20 anos, o movimento ainda está em curso, e seu aprofundamento exige o engajamento de áreas que, como a comunicação comunitária, nem sempre assimilaram por completo as mudanças na configuração da democracia brasileira.

Um estágio inegável de amadurecimento do sistema político do país é dado pela existência de um forte estímulo à participação dos diversos setores sociais em instâncias de caráter consultivo e deliberativo nas estruturas da administração pública. A Carta de 1988 incentivou, sublinha Dagnino (2002, p. 10), a construção de uma nova cidadania, baseada principalmente na afirmação do cidadão como “[...] sujeito portador de direitos, inclusive aquele de participar efetivamente na gestão da sociedade”, o que acontece principalmente em conselhos municipais nas áreas de saúde, educação, assistência social, desenvolvimento urbano e defesa de direitos de crianças, adolescentes, portadores de deficiência e idosos, além de conselhos de gestão de orçamento participativo. As funções variam entre consultivas, deliberativas, de fiscalização e acompanhamento e de execução, com representantes da sociedade civil,

trabalhadores, entidades de classe, organizações não governamentais e instituições públicas e privadas que prestam serviços, órgãos profissionais e usuários, além do poder público.

É verdade que o movimento de constituição dos conselhos tem sido lento e ainda está em marcha. Na área de educação, por exemplo, embora essas instâncias sejam centrais para a política nacional na área, o que inclui acompanhamento e fiscalização da aplicação de recursos repassados aos municípios pela União, existiam, em 2004, conforme dados do Sicme (Sistema Nacional de Informações sobre Conselhos Municipais de Educação), apenas 1.369 conselhos em funcionamento. O número representa 56% do total de cidades que ao menos informam possuir lei de criação da instância, ou de um sistema local ou plano de gestão na área (BRASIL, 2004, p. 20). É algo insuficiente, considerando-se que há no País, hoje, 5.560 municípios.

Já na área da assistência social, o desafio existe na divisão entre forças na composição do conselho. Em certas regiões do País, os prestadores de serviço conseguem obter mais representação e, portanto, impõem seus interesses. A negociação intra-conselho, porém, tem contribuído para reduzir a influência de práticas clientelistas, centralizadoras e autoritárias que caracterizavam a área (RIZOTTI, 1999).

Também há problemas na própria representatividade dos conselhos como instituições de expressão de interesses específicos, que não incluem, como na área da saúde, diversos segmentos de trabalhadores que renunciam à representação em conselhos porque obtêm de empresas públicas ou privadas melhores condições em planos e seguros, diante do “acionamento” do Sistema Único de Saúde. Nesse caso, o risco é a “[...] autonomização na sociedade civil enquanto movimento social” (RIBEIRO, 1997).

Na nova circunstância, organizações profissionais e sindicais não perdem relevância. Na verdade, elas ganham importância na medida em que valorizam sua expressão nos espaços de negociação trazidos pelos conselhos municipais. Nesse contexto, adquirem projeção o comportamento ponderado e o cálculo sobre vantagens e desvantagens advindas de cada ponto de vista. Marca posição o valor do pluralismo democrático e seu componente análogo no campo da comunicação: a pluralidade de informações e interpretações, imprescindível à livre formação da opinião.

Deve-se voltar, assim, para o eixo central deste texto: que tipo de inserção se deseja estimular na qualificação, através da pesquisa-ação, de receptores para a condição de emissores, considerando-se as características próprias do momento político atual?

Ora, a qualidade individual que deve ser estimulada, nesse caso, é específica e pode ser descrita com o recurso à teorização sobre a reflexividade social, qualidade obtida pela organização de indivíduos com autonomia e papéis interdependentes, envolvendo o que Giddens (2001) qualifica como política gerativa. Trata-se de um resultado da combinação entre Estado e movimentos sociais que pressupõe cinco aspectos fundamentais (GIDDENS, 2001, p. 322):

- a) esforço para atingir os resultados desejados [...], proporcionando as condições para a mobilização ou engajamento social;
- b) criação de circunstâncias em que se possa construir e sustentar a confiança ativa, seja nas instituições do governo como tal ou em outros órgãos relacionados;
- c) concessão de autonomia aos indivíduos atingidos por programas ou políticas específicas, na verdade com o objetivo de desenvolver essa autonomia em muitos contextos;
- d) estímulo ao desenvolvimento de princípios éticos de ação, rejeitando não só a indiferença do socialismo (algumas de suas versões) no tocante à ética, mas também o infeliz casamento neoliberal dos princípios de mercado com o autoritarismo; e
- e) descentralização do poder político: a descentralização é a condição para a eficácia política em razão da exigência de fluxo de informações a partir da base e do reconhecimento de autonomia. (GIDDENS, 2001, p.322)

Estão aqui diversos aspectos envolvidos em um processo de qualificação de receptores para a emissão de mensagens em meios comunitários, sejam eles jornais de bairros, rádios comunitárias e educativas, programas de TVs comunitárias e universitárias etc: engajamento e mobilização social, autonomia, interdependência, desenvolvimento de princípios éticos, situações para exercer confiança nas instituições públicas e finalmente, o mais importante, descentralização administrativa, que proporciona a oportunidade para os elementos anteriores surgirem na busca pela participação no quadro institucional da política brasileira contemporânea.

Segundo Giddens (2001, p. 322-323), a política gerativa não é uma panacéia, mas constitui uma defesa do domínio político e deve atuar “[...] proporcionando condições materiais e estruturas organizacionais para as decisões [...] tomadas por indivíduos e grupos na ordem social mais ampla”, constituindo “[...] o principal meio para uma abordagem eficiente dos problemas de pobreza e exclusão social”.

Descentralização e participação são qualidades que suplantam o mero âmbito da democracia eleitoral. Também não devem ser tidas como solução para todos os impasses políticos, certamente, mas deve-se perceber uma diferença fundamental entre elas e a vivência democrática que se reduz aos tradicionais processos eleitorais.

Ou seja, a democracia eleitoral, que dispensa a participação efetiva, não tem dificuldade de conviver com sujeitos sem autonomia. Quando as pessoas apenas têm

que escolher, em sufrágios periódicos, quem vai decidir por elas, bastaria um nível raso de atenção, situação que, aliás, tende a ser admitida pela ciência política. Conforme frisa Sartori (1994, p. 146), “o estado de desatenção, falta de interesse, subinformação, distorção perceptiva e, por fim, simples ignorância do cidadão comum nunca deixaram de surpreender o observador”.

Segundo o autor, a opinião do público muitas vezes não passa de “sentimentos desarticulados constituídos de humores e impulsos afetivos”. No entanto, para a teoria da democracia eleitoral, isso não é necessariamente um problema, porque as escolhas que os eleitores são chamados temporariamente a fazer não exigem, na verdade, informações mais substantivas. Eles decidem sobre quem vai decidir por eles, e o sistema político não é abalado pela insuficiência da formação política do cidadão médio, aponta Sartori (1994, p. 155):

Se, de fato, as eleições decidem sobre quem vai decidir, a implicação é que o ônus da racionalidade não pesa — na teoria eleitoral da democracia — nos ombros dos eleitores: ele é transferido para seus representantes e, por conseguinte, para a teoria da democracia representativa.

Isso é, o “edifício da democracia” não sofre com a falta da racionalidade do voto, um atributo, além do mais, difícil de definir no contexto da democracia eleitoral. Assim, eventuais falhas da gestão democrática serão imputados à má qualidade do representante, isentando-se de responsabilidade a natureza do sistema de seleção de representantes. A teoria eleitoral da democracia convive bem com o nível superficial de informação fornecido pela mídia comercial na atualidade (ROTHBERG, 2005).

Importante para o contexto aqui construído é salientar o deslocamento posto em questão quando se passa da democracia eleitoral para a democracia participativa como sistema ideal para a atualidade. Torna-se necessário reconsiderar o papel da opinião do público e, portanto, do potencial do receptor-emissor para o estabelecimento de um juízo crítico emancipado. Não bastam mais sentimentos difusos para o sujeito requerido pela democracia participativa, salienta Sartori (1994, p. 163):

Devemos lembrar que a teoria de democracia eleitoral satisfaz-se com o requisito da “autonomia” da opinião pública, pois o requisito posterior de algum tipo de “racionalidade” é transferido, pelos eleitores, para aqueles a quem elegem. Mas quando o eleitor se torna o indivíduo que decide, então o ônus de algum tipo de racionalidade passa inteiramente para ele.

Nesse caso, reconhece o autor (SARTORI, 1994, p. 164), será necessário conhecimento, que “[...] implica apreensão e controle mental sobre a informação, que não são de forma alguma proporcionados pela informação em si”. Isso é, “[...] sobretudo o problema do conhecimento, de compreensão competente, que deve ser enfrentado diretamente”. A questão passa pelo “domínio cognitivo” do indivíduo.

Nesse contexto, a participação em instâncias municipais de representação é entendida como nível de exercício democrático mais aperfeiçoado do que o mero ato de escolha em eleições periódicas. Participar exige não apenas um raso nível de informação sobre as difusas conseqüências de um dado voto, mas também a organização e o esclarecimento necessários para que os setores representados possam traduzir seus anseios em determinada linha de ação, no interior de um organismo específico como um conselho municipal.

Associações de bairro e de usuários de serviços de saúde de uma dada região municipal, por exemplo, precisarão conhecer as possibilidades e os limites da transformação de sua realidade imediata. Em sociedades complexas, as reivindicações devem ser apreciadas no conjunto das tensões que impedem seu atendimento, justamente ali mesmo onde são originadas. No plano da história, as projeções de transformação precisam ser postas no quadro das barreiras construídas no longo prazo por setores refratários a mudanças.

Assim, se cada arranjo de forças local permite uma certa natureza de gestão dos serviços públicos, surge a exigência de compartilhar conhecimento apropriado para qualificar as decisões a serem tomadas nas instâncias participativas. Daí a importância de a comunicação jornalística proporcionada por um veículo comunitário apurar com contextualização, profundidade e pluralismo o cenário mais amplo da gestão municipal. As mensagens, se produzidas com critério e responsabilidade, devem conduzir ao reconhecimento de identidades, demandas e expectativas, ao mesmo tempo em que iluminam as forças eventualmente em sentido oposto à melhoria dos serviços públicos — postas muitas vezes por setores conservadores que procuram manter privilégios, ou simplesmente colocadas por formas ultrapassadas de gestão, caracterizadas por ineficiência ou corrupção.

A reflexividade social, conforme pensada por Giddens (2001), é nesse sentido uma qualidade capaz de ser exercida efetivamente em experiências de democracia participativa no Brasil, em dois sentidos principais.

Em primeiro lugar, o sistema democrático brasileiro avançou na direção de contar hoje com um aperfeiçoado mecanismo de descentralização administrativa, que faz dos conselhos municipais uma forma de superar a mera democracia eleitoral

baseada no voto sem responsividade dos mandatários. Ao invés de apenas escolhas vagas em eleições periódicas, muitos cidadãos já podem exercer seus direitos civis e políticos em organismos que, se ainda precisam ser fortalecidos, ao menos contêm um potencial que a ciência política tende a examinar com otimismo.

Em segundo lugar, a comunicação comunitária, uma vez apta a gerar informação jornalística com pluralismo e contextualização, pode vir a ser um poderoso incentivo à constituição de identidades e demandas com a clareza e a legitimidade necessárias à afirmação dos sujeitos políticos, exatamente nas arenas onde eles têm adquirido poder, isso é, nos conselhos municipais, com representação plural.

A formação política do cidadão, tarefa que pode dispor de instrumentos como os próprios meios de comunicação comunitária, é o ônus da racionalidade requerida para o exercício da democracia participativa, entendida aqui, entre outras possibilidades, como resultado da expansão dos conselhos municipais de diversas áreas. Para o exercício da participação política, o sujeito e sua emancipação ainda estão em construção. É preciso que as experiências de pesquisa-ação com comunicação no âmbito das comunidades assimilem as implicações dessa circunstância, e se engajem no aprofundamento da democracia brasileira.

Cabe à pesquisa-ação assim compreendida, portanto, contribuir para o aperfeiçoamento da capacidade de os indivíduos articularem informações na produção de um juízo mais reflexivo sobre os problemas próprios envolvidos no exercício dos direitos civis e políticos. A comunicação comunitária adquire papel vital nesse sentido. Ela é responsável por uma tarefa necessária do caminho a ser percorrido para a afirmação da autonomia do sujeito político; esse comunicador ideal para quem os jornalistas e acadêmicos que trabalham com as comunidades desejam “abrir o microfone”, mas com critério, pluralidade e merecida autonomia.

ABSTRACT

This paper articulates indications in three spheres to the action research conducted with the purpose of giving qualifications to the production of messages by communitarian media compatible with current democratic demands. Therefore, three directions are considered in theory and context, and suggested to the researcher of the area: a) it is necessary to verify the relations that individuals maintain, as receivers, with the means of communication and the established news values, in a context of meaning mediation which is influenced by the economic logic of the industrial production of culture, information and entertainment; b) the characteristics of the producers-receivers can be understood as *habitus* — aspects of the personality which are formed in objective social circumstances; c) the stimulus to the political

engagement through communitarian media must acknowledge one of the most relevant specifications of the Brazilian democracy nowadays, given by the increase of the institutionalised mechanisms of political participation constituted by the city councils.

Keywords: Action research. Communitarian communication. Democracy.

RESUMEN

Este documento articula indicaciones en tres esferas hacia la investigación-acción conducida con el proposito de otorgar cualificaciones a la producción de mensajes por medios comunitarios compatibles con demandas democraticas actuales. Por lo tanto, tres direcciones serán contextualizadas y colocadas teóricamente, y sugeridas al investigador del area: a) es necesario verificar las relaciones que mantienen los individuos, como recipientes, con los medios de comunicación y los valores establecidos de noticias, en un contexto de mediación de significado que esta influenciado por la logica economica de la producción industrial de cultura, información y entretenimiento; b) las características de los productores-recipientes pueden entenderse como *habitus* – aspectos de la personalidad que se forman en circunstancias sociales objetivas; c) el estímulo hacia el compromiso político a través de los medios comunitarios debe reconocer uno de las especificaciones mas relevantes de la democracia Brasileira de nuestros días, dada por los mecanismos institucionalizados de la participación política constituida por consejos ciudadanos.

Palabras claves: Investigación-acción. Comunicación comunitaria. Democracia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Perfil dos conselhos municipais de educação**. Brasília, 2004.

COGO, D. Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. In: PERUZZO, C. M. K. (Org.) **Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina**. São Paulo: Angellara, 2004.

CORCUFF, P. **As Novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

DAGNINO, E. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIDDENS, A. **Em defesa da sociologia: ensaios, interpretações e trélicas**. São Paulo: Unesp, 2001.

HALL, S. Codificação/decodificação. In: SOVIK, L. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. P. 387-404.

KELLNER, D. **A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

RIBEIRO, J. M. Conselhos de saúde, comissões intergestores e grupos de interesses no Sistema Único de Saúde (SUS). **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 81-92, jan./mar. 1997.

RIZOTTI, M. L. A. Conselhos municipais de assistência social: um estudo de suas competências e composições. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 2, n. 1, ,p. 63-76, jul./dez. 1999.

ROTHBERG, D. Política mediada, democracia e elites. **Comunicação e Política**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 15-40, maio/ago. 2005.

RÜDIGER, F. **Comunicação e teoria crítica da sociedade**: fundamentos da crítica à indústria cultural em Adorno. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2002.

SARTORI, G. **A Teoria da democracia revisitada**: o debate contemporâneo. São Paulo: Ática, 1994.

SOUZA, M. W. de. Recepção e comunicação: a busca do sujeito. In: _____. (Org.) **Sujeito**: o lado oculto do receptor. São Paulo: Brasiliense, 1995. P. 13-38.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2003.

Copyright (c) 2007 Autor(es) / Copyright (c) 2007 The author(s)
The copyright of works published in this journal belong to the
authors, and the right of first publication is conceded to the journal.
Due to the journal being of open access, the articles are of free use in
research, educational and non-commercial activities.



Selo CC-BY-NC com Direito Autoral_2007